

Volume 1 - Número 14 - Primeiro Semestre de 2013

**O IDEB NA REDE ESTADUAL: RESULTADOS, PERSPECTIVAS E COMPARAÇÕES ENTRE DUAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE JATAÍ****Elenilson de Vargas Fortes**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Jataí

vargasfortes@yahoo.com.br

ProAPP-IFG

RESUMO: Este artigo analisou e investigou duas Escolas Estaduais no município de Jataí/GO, denominadas, Escola B e Escola H, que ofertam pelo menos até o 9º ano do Ensino Fundamental. O fator determinante nesta pesquisa, que motivou esta investigação, foi o desempenho dessas escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos de 2005, 2007, 2009, e 2011. Foi observado que a Escola H teve desempenho extremamente superior, se comparado a Escola B, em média, 99,2% superior, contabilizado nos quatro últimos resultados no Ideb. Desta forma, com o intuito de encontrar quais os motivos que levaram estas escolas a possuírem discrepâncias tão elevadas neste índice, foram investigados os seguintes itens: infraestruturas, corpo docente, desempenho em testes padronizados, evasão, repetência, Projeto Político Pedagógico (PPP), níveis de satisfação no trabalho e projetos educativos. Por meio da coleta de dados, através de entrevistas e questionários, ficou constatado que a melhor performance da Escola H no Ideb se deve basicamente por possuir melhor desempenho nos itens citados.

Palavras-Chave: Educação. Ideb. Plano Nacional de Educação. Escola. Ensino.

ABSTRACT: This paper analyzed and investigated two state schools in the city of Jataí/GO, called, School B and School H, which volunteer at least until the 9th year of elementary school. The determining factor in this research, that motivated this research, was the performance of these schools in the Index of Basic Education Development (Ideb) in the years 2005, 2007, 2009, and 2011. It was noted that the School H had extremely superior performance, compared to School B, on average, 99,2% higher, recorded in the last four results Ideb. Thus, in order to find the reasons that led these schools to possess discrepancies as high in this index, we investigated the following items: infrastructure, faculty, performance on standardized tests, dropout, repetition, Political Project (PPP), levels of job satisfaction and educational projects. By collecting data through interviews and questionnaires, it was found that the best performance in the School H in the Ideb is basically because it has better performance in the items mentioned.

Keywords: Education. Ideb. National Education Plan. School. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

Pouco se fez pela educação do povo Brasileiro durante os seus primeiros 400 anos de descobrimento. No final século XVIII, após as Reformas Pombalinas, a educação do Brasil estava um caos. Segundo Zotti (2004, pg. 32), neste período restava ao “Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados da Europa”. Mesmo com a chegada da família Real portuguesa ao Brasil e após a independência da colônia, durante século XIX, o País não conseguiu alterar a situação catastrófica que se encontrava o ensino.

O descaso com o Brasil durante sua colonização fez com que o País se aproximasse do início do século XX com uma educação elitizada e uma população em sua totalidade agrária. De acordo com Tabela 1, aproximadamente 80% da população Brasileira concentravam-se na zona rural. Além disso, Bomeny (2003, pg. 12), afirma que “74,6% da população em idade escolar eram analfabetos no início do século XX”. Como nesta época a população rural do Brasil girava em torno de 80% da população total, e ao mesmo tempo o País possuía uma população de “74,6%” de analfabetos, resta a deduzir que os habitantes da zona rural do Brasil quase não possuíam acesso à educação.

Tabela 1 – População do Brasil: Fim do Século XIX e Início do XX.

Ano	População Total	População Urbana (%)	População Rural (%)
1872	9.930.478	11,1	88,9
1890	14.333.915	12,4	87,6
1900	17438.434	17,3	82,7
1920	30.635.605	23,2	76,8

Fonte: Adaptado de Bomeny (2003, pg. 13).

Em artigo recente, Fortes (2012) descreve como a educação Brasileira se desenvolveu do início do século XVI ao final do século XIX, relatando em detalhes o completo descaso com o ensino neste período. As principais ‘reformas’ ocorridas, segundo o autor, sucederam após a independência do Brasil com alguns decretos que jamais foram executados na íntegra. Em resumo, a educação no Brasil nunca passou de um ensino voltado para as elites e povo “Ora, para que educar o povo...”, (ZOTTI, 2004, pg. 43).

Ao final do império, em 1879, com a proclamação da república, a abolição da escravidão, esperava-se um novo modelo educacional no Brasil que atendesse aos anseios da

população, principalmente na Educação Básica, que até o presente período o País ainda não tinha vivenciado. Contudo, a primeira constituição oficializada em 24 de fevereiro de 1891 não trouxe grandes inovações em relação à educação, apenas um artigo tratava do ensino.

Art 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: 1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal; 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal (BRASIL, 1891).

Percebe-se que a constituição era muito vaga e o País mais uma vez agonizava. Faltava na jovem nação um plano nacional de educação (PNE) que criasse vertentes capazes de propiciar ao País mudanças drásticas no ensino. Em outras palavras, dever-se-ia obter um modelo educacional que alcançasse metas estabelecidas pelo governo central, com padrões de qualidade na educação através da erradicação do analfabetismo no Brasil, valorização dos profissionais do magistério, construção de escolas com infraestrutura adequada, dentre outros.

Segundo Brasil (2000)

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhava, a educação começava a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades.

Porém, como destaca Dourado (2011, pg. 18), somente a partir de 1930 iniciam-se os “processos regulatórios mais articulados no campo educacional”, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932.

Dirigido ao “povo e ao governo”, esse manifesto propunha-se a realizar a reconstituição social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade, (SAVIANI, 2006, pg. 33).

Dourado (2011, pg. 18) ainda descreve que “o manifesto influenciou a Constituição Brasileira de 1934”, pois ficou instituído, em seu Art. 150 item “a”, que União fixaria “o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do

País”, (BRASIL, 1934). Além disso, a constituição Brasileira de 1934 destaca o fato de que o plano nacional de educação seria elaborado na forma de lei.

Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais (BRASIL, 1934).

Pela primeira vez na história do Brasil, ficou instituído por meio da Constituição Federal, que esta deveria conter um “Plano Nacional de Educação” e havia “o consenso de que o plano devia ser fixado por lei. A ideia prosperou e nunca mais foi inteiramente abandonada”, (BRASIL, 2000). Contudo, somente em 1962 foi elaborado o primeiro plano nacional de educação. Este previa duração de oito anos.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos, (BRASIL, 2000).

Por cerca de 40 anos este plano foi abandonado, perdeu força no cenário nacional, provavelmente em decorrência da implantação do regime militar no Brasil a partir de 1964. Com o surgimento dos debates acerca da democracia nos anos 80, surge novamente à ideia no congresso nacional de que se deveria implantar um plano nacional de educação. O PNE ganhou força no panorama nacional e eis que na constituição de 1988 lhe atribuiu “força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação. O art. 214 contempla esta obrigatoriedade”, (BRASIL, 2000).

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País, (BRASIL, 1988).

Atendo as estas aspirações, foi aprovada no parlamento Brasileiro a Lei nº 9.394 de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Esta, novamente reforçava que o País deveria ter um plano nacional de educação. Para tanto, ficou estabelecido em seu Art. 9º, que União deveria “elaborar o Plano Nacional de Educação, em

colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, (BRASIL, 1996). Além disso, o Art. 87º § 1º previa que “a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, (BRASIL, 1996).

No ano de 2000, o PNE finalmente foi aprovado no parlamento brasileiro e ganhou status de lei. Especialmente, seu Art. 1º descreve que “fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos”, (BRASIL, 2000). Durante o seu período de vigência, na primeira década do século XXI, ficou estabelecidas as diretrizes e metas para a educação Brasileira. São elas:

- 1) Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino;
- 2) Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- 3) Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino;
- 4) Valorização dos profissionais da educação;
- 5) Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, (BRASIL, 2000).

Atualmente, está em tramitação no congresso nacional

o projeto de lei do plano nacional de educação (PL 8.035/2010), encaminhado pelo executivo federal ao congresso nacional, em dezembro de 2012, apresenta-se estruturado em 20 metas e 150 estratégias. Esta proposta de plano, de duração decenal, em consonância com o artigo 214 da constituição federal de 1988 (DOURADO, 2011, pg. 39).

O novo PNE, de acordo com o projeto de lei, estabelece 10 diretrizes no período de 2011 a 2020. São elas:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação; e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 2010).

Segundo Dourado (2011, pg. 39) algumas “diretrizes avançam em face das indicações do artigo 214” da constituição federal de 1988. Há de se destacar ainda que

as diretrizes do plano sinalizam políticas educacionais de visão ampla que articulam a universalização do atendimento escolar à melhoria da qualidade, à formação para o trabalho e, também, a uma concepção abrangente de formação, respeito à diversidade e promoção da sustentabilidade socioambiental, reafirmando o princípio

da gestão democrática e acenando, claramente, como princípio, para valorização dos profissionais da educação, (DOURADO, 2011, pg. 40).

Veja que para se ter uma educação de qualidade, de acordo com os relatos destacados até o presente momento, é fundamental que se crie políticas públicas estáveis, no qual se contemple a elevação da escolaridade, através de crianças e adolescentes que tenham acesso à escola, sem repetências, evasão, ou seja, que não desistam prematuramente da escola, mas, ao final, consigam aprender o máximo possível. O PNE (2011 a 2020) apresenta uma novidade em relação a estes problemas. Trata-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, também conhecido como Ideb, no qual o governo se utiliza de dados para acompanhar o desempenho das escolas públicas, de nível fundamental e médio, tanto na rede Municipal, Estadual ou Federal. Em outras palavras, o governo federal pretende “avaliar a qualidade do ensino”, (BRASIL, 2010) com estes números. Portanto, quanto maior a nota de determinada escola no Ideb, em tese é melhor a qualidade do ensino.

A grande questão é: o Ideb realmente reflete a realidade das Escolas? Em outras palavras, se duas escolas públicas que possuem desempenhos distintos, uma com Ideb alto e outra com Ideb baixo forem comparadas, é possível inferir algo a respeito de suas respectivas infraestruturas, formação dos profissionais da educação, desempenho em testes padronizados, evasão, repetência, Projeto Político Pedagógico e projetos voltados para a educação? Sendo assim, com o intuito de responder estes questionamentos, este artigo analisou duas escolas públicas, estaduais no município de Jataí que ofertam o Ensino Fundamental até o 9º ano, denominadas de Escola B e Escola H, respectivamente, (ver Tabela 5). A escolha dessas escolas foi fundamentada no desempenho do Ideb nos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011 nas séries finais do ensino fundamental (9º ano). Foram selecionadas as escolas com pior e a outra com o melhor desempenho nos últimos quatro Ideb observados.

Cabe ressaltar que o Ideb é apenas adutor de políticas públicas para melhoramento da educação. Portanto, os resultados encontrados devem servir para evidenciar os problemas que levaram ambas as escolas, que são financiadas pelo mesmo governo (Estadual) terem destinos tão distintos e, desta forma, canalizar esforços na tentativa de modificar o quadro da escola ‘em dificuldade’.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: Na primeira seção dissertou-se sobre o “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”. Em seguida, tem-se “O Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental no Brasil, Goiás e Jataí”, onde se relatou sobre o Ideb de uma forma geral no município de Jataí, no Estado de Goiás e no Brasil. Na seção seguinte, “Critério de Seleção das Escolas”, se discutiu, especificamente, qual foi o critério utilizado para escolha das escolas envolvidas nesta pesquisa. Por fim, foi descrito uma pequena seção sobre “Pesquisa de Campo”, mostrando quais os métodos utilizados nesta pesquisa para a coleta de dados, “Análise dos Dados Coletados” e “Considerações Finais”.

2 IDEB: O QUE É? HISTÓRICO E OBJETIVOS

São diversos os artigos presentes na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que garantem o direito a educação pública e de ‘qualidade’. Alguns inclusive, já destacados na Introdução. Porém, ainda há outros importantes artigos que merecem destaques. Um deles é o Artigo 6º da Constituição Federal que descreve: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, (BRASIL, 1988). Portanto, o poder público deve oferecer educação pública com excelência, isto é, oferecer ao cidadão brasileiro uma educação digna a todas as classes sociais de acordo com as leis e princípios que regem a democracia deste País. Por outro lado, a LDB, em seu Artigo 2º destaca: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, (BRASIL, 1996).

Fica claro, mediante exposto, que a educação pública além de ser obrigação do Estado e da Família, deverá apresentar padrão mínimo de qualidade do ensino público em nosso País. Timidamente, o Brasil vem colaborando nos últimos anos, implantando ações públicas na tentativa de melhorar o panorama na educação. Pode-se destacar: PNE, LDB, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), “além de diversas ações setoriais e específicas”, (BRASIL, 2010). Estas ações evidentemente tentam minimizar os anos de descaso com a educação pública deste País, (FORTES, 2012). Contudo, com o

propósito de melhorar o sistema educacional, o Governo Federal cria, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da educação Básica. O Ideb

representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Saeb – para as unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil – para os municípios (BRASIL, 2011a).

O Ideb se transformou em um índice importantíssimo para o Governo Federal ao ponto que foi incluído no PNE (2011-2020) na forma de lei.

Art. 11. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar (BRASIL, 2010).

O Governo deve “divulgar bianualmente os resultados do Ideb das escolas, das redes públicas de educação básica e dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, (BRASIL, 2010). Ao mesmo tempo, deve “associar a prestação de assistência técnica e financeira (...) priorizando sistemas e redes de ensino com Ideb abaixo da média nacional”.

Certamente, este indicativo torna-se uma ferramenta muito importante, pois a partir dele podem-se obter dados relevantes sobre o ensino de determinada escola. Como mencionado acima, o governo obtém estes dados através de um Censo Escolar por meio do Sistema de Avaliação da Educação Nacional (Saeb) e a Prova Brasil.

De acordo com o portal do INEP, defini-se a Prova Brasil e Saeb como

dois exames complementares que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica. O Saeb, realizado pelo INEP/MEC, abrange estudantes das redes públicas e privadas do País, localizados em área rural e urbana, matriculados na 4ª e 8ª séries (ou 5º e 9º anos) do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. São aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática. A avaliação é feita por amostragem e os resultados são apresentados para cada unidade da Federação e para o Brasil como um todo (BRASIL, 2011c).

Destaca-se ainda, conforme (BRASIL, 2011c), que estas avaliações são oferecidas para alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública, tanto nas redes estaduais,

como nas municipais e também é claro, na rede federal de ensino. Além disso, ele é aplicado tanto nas áreas rurais como em áreas urbanas, porém com uma exceção, serão avaliadas as turmas que possuem no mínimo 20 alunos matriculados. Já para os alunos do Ensino médio, a avaliação dá-se de forma amostral, tanto da rede pública como da rede privada. Contudo, o Ideb não pode ser considerado como um mero indicador de dados, mas como um

condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino (BRASIL, 2011b).

Fica claro, segundo Brasil (2011b), que além de fornecer dados estatísticos que são importantíssimos, pois através desses dados o governo pode canalizar melhor recursos financeiros para escolas ‘deficitárias’ no que tange a Educação, o mesmo pode fornecer “diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino”, (BRASIL, 2011b).

Com dados tão precisos, o Brasil certamente têm condições de buscar patamares na educação que hoje são atingidos por Países mais desenvolvidos. É importante salientar que através das avaliações, Prova Brasil e do SAEB, o País sintetiza informações que em seguida serão transformados em números, o Ideb. Estes dados servirão para qualificar e reestruturar a educação. De acordo com Brasil (2011b), para que o Brasil “atinja níveis mais elevados na educação”, por exemplo, como os índices de Países mais desenvolvidos, o País tem que evoluir sua média nacional que em 2005 não ultrapassava 3,8 e alcançar à média de 6,0 até 2021, no início do Ensino Fundamental, o que corresponde atualmente ao 5º ano. Se esta meta fosse alcançada, o Brasil teria índices educacionais equivalentes a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Não há dúvida que na atual conjuntura em que a Educação do País se encontra ainda há muito que se fazer. São diversos os descasos que ainda ocorrem com a educação pública deste País. Um exemplo catastrófico de como se encontra a educação de nosso País pode ser encontrada numa reportagem publicada pela Folha Online

O Brasil manteve a mesma posição do ano passado e ficou no 88º lugar de 127 Países no ranking de educação feito pela Unesco, o braço da ONU para a cultura e educação. Com isso, o País fica entre os de nível "médio" de desenvolvimento na área, atrás de Argentina, Chile e até mesmo Equador e Bolívia (PINHO, 2011).

Portanto, há de fato que melhorar a média nacional de 3,8 que foi mencionada anteriormente e alcançar notas melhores, em particular, a média 6,0 que é o 'número mágico' para que o País tenha índices satisfatórios na Educação. Mas afinal, como é computado este índice? Conforme Brasil (S/D, pg. 1), o Ideb é calculado da seguinte forma:

Ele é o resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: Para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/escola terá o Ideb igual a 5,0 multiplicado por 1/2, ou seja, IDEB = 2,5. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá IDEB = 5,0.

Fica claro que o Ideb de certa forma foi idealizado para monitorar o ensino do País, pois sintetiza informações importantíssimas sobre a educação, e dados desta natureza são sempre muito importantes. Em particular, este indicador, segundo Fernandes (2007, pg. 5) permite "estabelecer padrão e critérios para monitorar o sistema de ensino no Brasil", e sua principal contribuição, além de orientar ações governamentais que focalizam o melhoramento da educação como um todo, está em: "Detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; b) Monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino", (FERNANDES, 2007, pg. 8).

Se de fato o Ideb permite identificar escolas e estudantes com baixo desempenho, "em termos de rendimento e proficiência" e faz um acompanhamento do progresso desses estudantes matriculados nas "escolas e/ou redes de ensino", pode-se concluir que, sem dúvida, o sistema educacional Brasileiro pode ser melhorado por meio do Ideb, desde que seus dados sejam utilizados para este fim. O Ideb deve ser empregado para identificar escolas que reprovam metodicamente seus alunos e/ou escolas que formam alunos com notas altíssimas, mas que ao final do curso estes alunos são semianalfabetos. Fernandes (2007, pg. 7), destaca que o Brasil precisa de um sistema de ensino em que todas as crianças e adolescentes têm acesso às escolas, com qualidade, baixo índice de repetência e, que ao final é claro,

aprendessem o necessário para ser um cidadão crítico. Este, sem dúvida, deve ser o principal objetivo do Ideb, isto é, canalizar os dados a fim de melhorar a educação desta nação.

3 IDEB NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: BRASIL, GOIÁS E JATAÍ

Como já mencionado anteriormente, não se pode negar que hoje existem programas do Governo Federal que visam melhorar a Educação Brasileira. São exemplos:

Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; Prêmio Gestor Eficiente de Merenda Escolar; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Brasil Profissionalizado; Programa Caminho da Escola; Programa Caminho da Escola; Programa de Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – Gênero e Diversidade na Escola; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial – Formação de Professores; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial – Implantação de Salas Multifuncionais; Programa de Desenvolvimento da Educação Especial – Promoção da Acessibilidade; Programa de Financiamento à Aquisição de Veículos de Transporte Escolar – PROESCOLAR; Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE; Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – ProInfância (BRASIL, 2008).

Com todos estes programas que demandam investimentos, se pode afirmar que o problema do acesso à escola no Brasil não é mais um problema. Segundo Fernandes (2007, pg. 7) quase 100% das crianças em nosso País ingressam na Escola. Por outro lado, ainda há muito que melhorar. Akita (2010) destaca que ainda existem elevados índices de repetências, abandono escolar antes da conclusão da educação básica e baixo desempenho em exames padronizados. O Ideb pode ser considerado um exemplo.

A Tabela 2 mostra o Ideb calculado e as metas do Governo Brasileiro para os anos iniciais do Ensino Fundamental, séries finais do Fundamental e Médio na rede Pública de ensino.

Tabela 2 - Ideb Observado e Metas para o Brasil: 2005 a 2021.

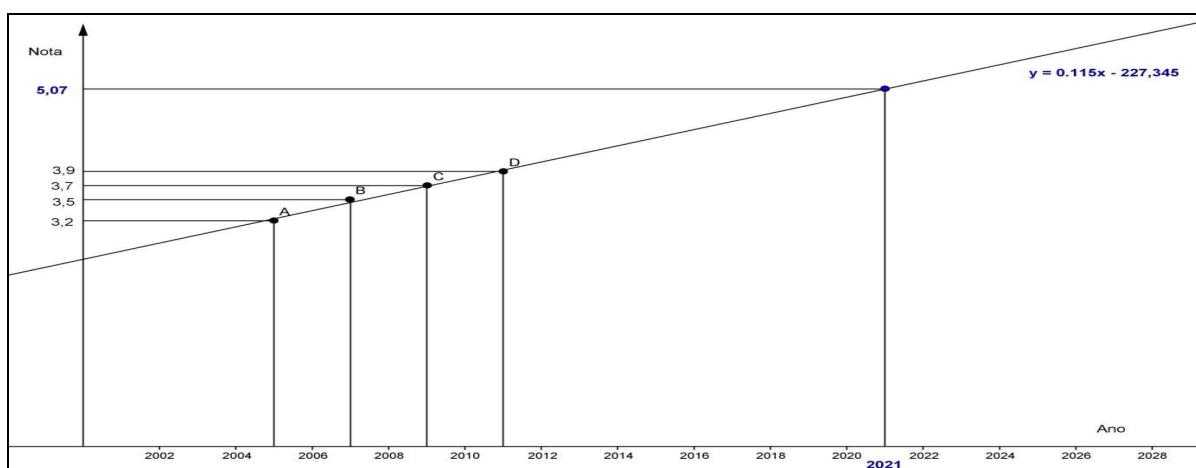
Séries	Ideb Observado				Metas				
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Até o 5º	3.6	4.0	4.4	4.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
6º ao 9º	3.2	3.5	3.7	3.9	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Ens. Médio	3.1	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9

Fonte: (BRASIL, 2012).

Percebe-se que o país vem cumprindo as metas estabelecidas, porém com margem de erro muito próxima do alvo. Portanto, estes índices ainda são preocupantes. Se essa tendência for mantida, poderá o Brasil em 2021 alcançar seu objetivo? Uma forma de descobrir se isto ocorrerá ou não, por exemplo, é aplicando um método conhecido como Regressão Linear. Segundo Barroso et al. (1987, pg. 151) trata-se de uma técnica que se utiliza de “um conjunto finito de pontos”, para se obter um valor esperado, ou seja, obter uma função que será “uma aproximação, deduzida a partir de dados tabelados”.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho foi de investigar quais as causas que levam duas escolas estaduais a terem notas com discrepância elevadas nos anos finais do ensino fundamental. Portanto, a fim de elucidar se as metas disponíveis na Tabela 2 serão ou não alcançadas, este artigo analisou o desempenho dos estudantes do 6º ao 9º ano do fundamental, por meio do Ideb. Por meio *software* GeoGebra 4.0.41.0 foi possível fazer uma interpolação e obter a seguinte equação linear $y = 0,115x - 227,345$ (aproximação de 3 casas decimais). Deste modo, considerando $x = 2021$ que é ano em que o governo pretende que todas as escolas possuam pelo menos média 5,2 pode-se prever a nota 5,07, ou seja, aproximadamente 2,5% abaixo da expectativa do governo federal. O Gráfico 1 mostra esta interpolação. Vale ressaltar que isto é apenas uma estatística do que pode vir a acontecer, não significando que de fato ocorrerá.

Gráfico 1 – Traços do Polinômio Interpolador $y = 0,115x - 227,345$



Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos do portal do INEP/MEC.

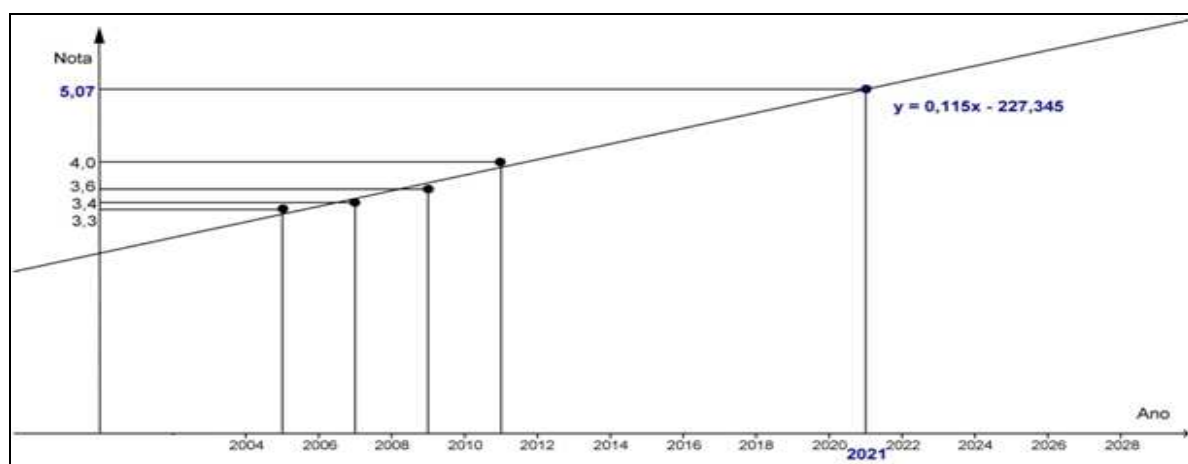
Em relação ao Estado de Goiás a situação não é diferente. A Tabela 3 mostra o desempenho dos Goianos nas séries finais do fundamental. De forma análoga foi utilizado o GeoGebra 4.0.41.0 para prever a possível média do Ideb nessas séries. A função encontrada foi $y = 0,115x - 227,345$ (aproximação de três casas decimais). Desta forma, se nenhuma medida for executada, Goiás terá um IDEB de **5,07** em 2021, isto é, os mesmos 2,5% abaixo da meta estabelecida.

Tabela 3 – Ideb de Goiás: 9º ano da Rede Estadual.

ANO	2005	2007	2009	2011
Ideb Observado	3.3	3.4	3.6	4.0

Fonte: (BRASIL, 2012).

Gráfico 2 - Traços do Polinômio Interpolador $y = 0,115x - 227,345$



Fonte: Elaboração Própria através de dados Oriundos do Portal do INEP/MEC.

A Tabela 4 exibe o desempenho do município de Jataí. Percebe-se que este município está pouco acima da média do Estado de Goiás com nota 4,5 no último resultado divulgado pelo governo através do Ideb, porém ainda atrás da meta do governo para 2021 que é de 5,2.

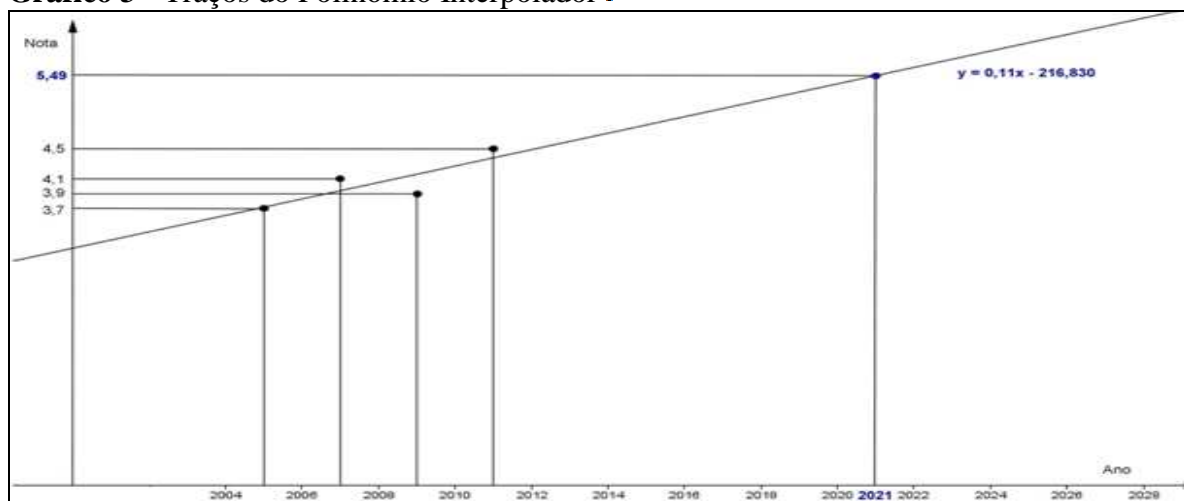
Tabela 4 - Ideb de Jataí: 9º ano da Rede Estadual.

Ano	2005	2007	2009	2011
Ideb Observado	3.7	4.1	3.9	4.5

FONTE: (BRASIL, 2012).

Da mesma forma foi utilizado o GeoGebra 4.0.41.0 para prognosticar o Ideb de Jataí em 2021. A equação obtida por Regressão Linear foi $y = 0,11x - 216,83$ e o resultado foi pouco melhor. Apesar de se ter média superior à Rede Pública Federal e da rede Estadual de Jataí para as séries finais do Ensino Fundamental, 5,07 respectivamente, em Jataí o Ideb está não ultrapassará de 5,49, ou seja, apenas 5,5% acima da meta do Governo Federal para 2021, o que mostra que a educação pública em Jataí está acima da média nacional. Esta trajetória pode ser observada no Gráfico 3. Contudo, se a meta desejada fosse 6,0, como os índices educacionais equivalentes da OCDE, Jataí ainda estaria distante do objetivo.

Gráfico 3 - Traços do Polinômio Interpolador $y = 0,11x - 216,830$



Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos do portal do INEP/MEC.

4 CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS ESCOLAS

O município de Jataí possui atualmente 10 escolas Estaduais que oferecem o Ensino Fundamental até o 9º ano. São elas:

Colégio Estadual Alcântara de Carvalho, Colégio Estadual Emilia Ferreira de Carvalho, Colégio Estadual Frei Domingos, Colégio Estadual João Roberto Moreira, Colégio Estadual José Feliciano Ferreira, Colégio Estadual Marcondes de Godoy, Colégio Estadual Nestório Ribeiro, Colégio Estadual Polivalente Dante Mosconi, Colégio Estadual Serafim de Carvalho e Escola Estadual Jose Manoel Vilela (BRASIL, 2012).

Propõem-se neste artigo, analisar duas escolas Públicas Estaduais no município de Jataí que possuem o melhor e pior desempenho no Ideb de 2005, 2007, 2009 e 2011. O

objetivo principal desta pesquisa é analisar quais fatores influenciam ou influenciaram no ensino destas escolas que proporcionam tal discrepância nas médias observadas, já que ambas são escolas Estaduais e em tese tem o mesmo tratamento por parte do Governo Estadual.

A escolha das escolas foi feita levando-se em consideração o desempenho no Ideb de 2011 bem como a análise da média aritmética através dos resultados do Ideb de 2005, 2007, 2009 e 2011. Esses resultados podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5 - Ideb Observado nas Escolas Estaduais de Jataí – 9º ano: 2005 a 2011.

Escola	Ideb Observado				Média Aritmética
	2005	2007	2009	2011	
A	3,8	4,1	3,5	4,8	4,05
B	Sem Nota	3,0	4,1	4,0	2,77
C	2,3	3,7	3,9	4,4	3,57
D	3,3	3,8	3,4	4,3	3,70
E	3,2	3,9	3,9	4,0	3,75
F	4,4	Sem Nota	3,8	4,8	3,25
G	3,9	3,8	3,1	4,0	3,70
H	5,5	5,9	4,7	6,0	5,52
I	3,1	3,9	4,1	4,9	4,00
J	2,8	3,0	3,3	Sem Nota	2,27

Fonte: (BRASIL, 2012).

Observe que se têm três escolas sem média nas edições do Ideb na Tabela 5. As causas podem ser: quantidade insuficiente de alunos participantes na Prova Brasil, pedido de não publicação do resultado em conformidade com a Portaria INEP nº 410 ou as escolas não conseguiram médias nas edições realizadas da Prova Brasil nos respectivos anos. Em qualquer que seja o caso, admite-se que o Ideb é nulo nestes casos. De acordo com a Tabela 5, a Escola J teria o pior desempenho nos quesitos já mencionados, porém, de acordo com Subsecretaria Regional de Educação de Jataí, esta Escola não possui mais o fundamental até o 9º ano, o que inviabiliza a pesquisa. Desta forma, a Escola com melhor e pior média aritmética nos últimos quatro resultados do Ideb são respectivamente a Escola H e a Escola B, com médias **5,52** e **2,77** respectivamente. Aliás, vale destacar também que ambas são as escolas com melhor e pior desempenho no último Ideb concomitantemente, já que o Ideb da Escola B caiu de **4,1** em para **4,0** em 2011 e da Escola H saltou de **4,7** para **6,0**.

5 PESQUISA DE CAMPO

Esta etapa da pesquisa se baseou em coletas de dados por meio de questionários elaborados para investigar a estrutura física de ambas as Escolas, bem como os professores de português e matemática, análise documental e entrevistas com os respectivos diretores das unidades de ensino.

6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

O objetivo desta seção é descrever e apresentar os dados coletados na pesquisa de campo, bem como fazer análises e implicações através dos elementos pesquisados. Diante das informações expostas, pretende-se mensurar a qualidade da educação das escolas investigadas. Certos teóricos, tais como, Lima (1998) e Nóvoa (1995),

apresentam a qualidade da educação como um elemento complexo e que envolve muitas dimensões, não podendo, pois, ser considerada apenas numa única proporção. O conceito de qualidade traz implícito em seu bojo uma série de variáveis que, no conjunto, contribuem para o processo de ensinar e aprender e, conseqüentemente, para a qualidade da educação. Esses teóricos apontam que a qualidade não se faz somente na sala de aula, mas em toda escola e na comunidade onde a mesma está inserida, Chirinéa (2010, pg. 69).

Nesse sentido, conforme descreve Chirinéa (2010, pg. 71), para se delinear o “o perfil” de uma determinada escola, “a ponto de julgá-la, é preciso analisar as características e os fatores que constituem os indicadores de qualidade da escola”. Ou seja, analisar os “aspectos intra e extraescolares que contribuem para definir sua eficiência e eficácia”.

Portanto,

Definir qualidade somente do ponto de vista estatístico não conduz melhorias na educação do país, tampouco mobiliza ações concretas das próprias unidades escolares, a não ser quando procuram adequar os conteúdos das provas para treinar os estudantes para realização das mesmas. Definir qualidade em educação requer o estabelecimento de parâmetros além do desempenho dos estudantes; pessoal docente capacitado e motivado; gestão; ambiente físico favorável à aprendizagem; prática pedagógica adequada; material didático, enfim, julgar desempenho escolar é diferente de julgar qualidade educacional. A qualidade não está no desempenho, está nos processos internos e externos da escola que conduzem ao desempenho, (CHIRINÉA, 2010, pg. 71).

6.1 ANÁLISE DO ESPAÇO E DA ESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR

“A existência de um ambiente escolar adequado é diretamente relacionado à questão do desempenho dos estudantes”, (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, pg. 11). Nesse sentido, foi necessário analisar o “ambiente escolar” das escolas B e H a fim de

verificar se seus respectivos desempenhos no Ideb estão relacionados a possíveis problemas na estrutura física escolar de ambas. Para tanto, foram analisados os seguintes itens: instalações físicas, aspectos relativos ao atendimento, séries oferecidas, número de alunos, quantidade de salas e o quadro de funcionários.

6.1.1 Escola H

A escola H é bem localizada, de fácil acesso, próxima ao centro da cidade e funciona nas instalações no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Goiás (IFG), Campus Jataí. A escola só possui aula no período vespertino, pois no turno matutino e noturno, funcionam cursos do IFG. No ano de 2012 o colégio H teve 400 alunos matriculados do 6º ao 9º ano, distribuídos em dez salas de aulas, num total de 16 classes existentes.

A maioria das salas de aulas são grandes, ventiladas, iluminação e boas condições de higiene. Possui oito sanitários (masculino e feminino) em boas condições de limpeza e dois bebedouros. A escola ainda possui seis laboratórios de informática todos bem equipados com monitores e/ou técnicos, consultório odontológico, quadra poliesportiva coberta, saneamento básico e área do pátio coberta. A escola não possui refeitório, porém há uma área coberta nas dependências da cozinha que pode ser utilizada pelos alunos em suas refeições.

A direção possui uma sala ampla, um funcionário a disposição (assistente de secretaria), *internet* e três computadores, sendo um *notebook*. Além disso, a escola possui sala vídeo totalmente equipada e um amplo auditório com capacidade para aproximadamente duzentas pessoas. Há ainda dois ambientes para os professores se prepararem para ministrar suas aulas: um próximo às classes de aulas, onde fica a coordenação. Não é uma sala grande, mas possui telefone, *internet*, uma mesa grande e água mineral. A outra sala de professores é bem ampla, possui dezenas de escaninhos, telefone, água e *internet* sem fio.

A biblioteca é ampla e adequada, possui até periódicos para pesquisa. Além disso, possui carteiras e mesas em boas condições de uso, um computador para os alunos fazerem consulta *online* ao acervo e *internet* sem fio livre para aqueles que desejarem efetuar pesquisa.

A escola H conta com um quadro de treze professores, sendo doze efetivos e um contratado, num total de dezesseis docentes. Três educadores estão gestão: um diretor, um

coordenador, um vice-diretor. Têm oito funcionários técnicos administrativos, totalizando vinte e quatro servidores na instituição.

6.1.2 Escola B

Em geral, a Escola B não se encontra em bom estado de conservação, possui pintura deteriorada e várias infiltrações. Além disso, também está localizada próxima ao centro, porém em região periférica se comparada com a Escola H, mas de fácil acesso. O colégio funciona em dois turnos, no matutino e no noturno. No período matutino estudam os alunos do 6º ao 9º ano e no turno noturno educação de jovens e adultos (EJA). No ano de 2012 a escola teve 480 alunos matriculados, sendo 178 do 6º ao 9º ano e 302 no EJA.

A escola possui sete salas de aulas, de tamanho médio, com pouca ventilação, porém com iluminação suficiente. Há uma pequena sala de professores, com apenas um computador com *internet*. A sala não possui escaninhos para o professor guardar seus materiais. Além disso, não possui sala específica de coordenação, nenhuma área coberta, auditório, sala de reuniões ou refeitório.

A sala da direção possui apenas um computador e é muito pequena. Ela é insuficiente para atender mais de duas pessoas ao mesmo tempo e está com infiltrações. A biblioteca é inadequada, quase não possui livros, poucas cadeiras e carteiras e é muito pequena para atender a todos os alunos da escola. A maioria dos livros existentes na biblioteca são didáticos, distribuídos pelos governos Estadual ou Federal. Além disso, não possui computadores para os estudantes acessarem o acervo e não possui *internet*.

A quadra esportiva encontra-se em situação precária e sem cobertura. O laboratório de informática possui computadores em bons estados, porém sem monitores e/ou técnicos em tempo integral para atender aos usuários. A escola não possui sala de vídeo específica para este fim, e sim uma sala adaptada. A cozinha é pequena e existem nove sanitários (masculino e feminino) para atender a demanda dos alunos e dos funcionários da instituição.

Em relação ao quadro de funcionários, a escola B possui nove docentes atuantes do Ensino Fundamental, num total de vinte professores na escola. Possui um docente em

atividade de coordenação (pedagógico), um diretor, um vice-diretor, seis funcionários técnicos administrativos e um interprete de língua de sinais, totalizando 30 servidores.

No geral, a escola não possui boa iluminação, com ventilação insuficiente em muitos ambientes. Faltam, por exemplo, sabão e papel higiênico nos banheiros. Entretanto, o estado de limpeza da escola é bom. Em relação ao espaço físico, a escola possui uma área consideravelmente grande, porém mal aproveitada.

6.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ENSINO-APRENDIZAGEM

Há concordância na comunidade escolar de que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de suma importância para o desenvolvimento dos trabalhos na sociedade escolar, pois é ele dá suporte, traça as metas e objetivos de uma determinada escola. São diversos os autores que dissertam sobre o PPP. Por exemplo, Chirinéa (2010, pg. 76) afirma que “um projeto consistente, elaborado coletivamente e que tenha metas claras comuns a todos, é o grande referencial de qualidade de uma unidade escolar, aliado a domínio de conteúdos, formação docente e condições de trabalho”. Sendo assim, era necessário que fossem analisadas se ambas as escolas, B e H, possuíam PPP e se os seus servidores o conheciam.

Têm-se duas realidades distintas nas escolas pesquisadas: a Escola H que ainda não possui um PPP definido e a Escola B que possui PPP elaborado. Interessante destacar, segundo informações do Diretor da Escola H, que o PPP ainda encontra-se em fase de elaboração pela comunidade escolar já que esta possui uma parceria com IFG e, portanto fornece subsídios a esta escola. Porém, existe uma grande preocupação da direção para elaboração deste documento. Isto pode ser observado no depoimento do diretor da Escola H.

A elaboração do projeto político-pedagógico contempla a missão, a clientela, dados sobre aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas, plano de ação da escola. Geralmente, ela dura de dois a cinco anos. Alteramos quando a equipe percebe que os princípios já não correspondem às suas aspirações (os objetivos iniciais foram alcançados ou precisam ser modificados), a clientela é outra (aconteceram mudanças na comunidade) ou o contexto escolar teve alterações (introdução do Ensino Fundamental de nove anos ou a chegada da Educação Infantil ou de Jovens e Adultos). Esse trecho deve ser respaldado nos planos municipal ou estadual de Educação, (Diretor, Escola H).

Em entrevista realizada com os professores de ambas as escolas, foi perguntado se estes participaram da elaboração do PPP de sua escola e como este foi complicado. Na Escola

B, 100% dos entrevistados responderam que conheciam o documento e como ele foi construído, enquanto na Escola H, nenhum dos entrevistados conhecia o PPP e sim, como se dá sua elaboração. Isto pode ser verificado no relato do Professor R da Escola H: “o PPP é construído com a participação e colaboração de todos através de sugestões e de acordo com as leis maiores”.

Outro dado importante obtido através da pesquisa se refere ao nível de qualificação dos professores de cada instituição. O aluno “aprende 68% a mais com um bom professor”, afirma Isis Brum (2011) em reportagem publicada no sítio do Estadão.

O conceito de que o aluno é quem faz a escola acaba de ser derrubado com a revisão de quase 200 artigos científicos nacionais e internacionais sobre Educação, reunidos em único estudo chamado Caminhos para Melhorar o Aprendizado. De acordo com o documento, alunos dos melhores professores aprendem 68% mais do que os colegas orientados pelos piores docentes. Quantidade de alunos por sala, apoio e estrutura da escola também são fundamentais para esses resultados, (BRUM, 2011).

Todo bom profissional já deve ter se qualificado em algum momento de sua carreira. Com o professor não é diferente. O docente que se qualifica ensina melhor. Neste sentido, foi pesquisado nas Escolas B e H o nível de qualificação (titulação) dos professores de português e matemática e os resultados podem ser observados na Tabela 6.

Observe que 25% dos professores entrevistados na Escola B não possuem curso superior completo. Por outro lado, todos os professores entrevistados na Escola H possuem curso superior concluído na sua área de atuação. Além disso, 100% dos entrevistados na Escola H possuem especialização, enquanto que na Escola B apenas 25% dos entrevistados possuem esta titulação. Estes dados são preocupantes e certamente podem influenciar o desempenho dos alunos em exames padronizados, como por exemplo, o Ideb.

Tabela 6 - Titulação dos Professores das Escolas B e H.

Níveis de Formação	Escola B	Escola H
Superior Incompleto	25%	0%
Superior Completo	75%	100%
Especialização	25%	100%
Mestrado	25%	25%
Doutorado	0%	0%

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Outro dado importante é apresentado a seguir. Foi perguntado se os professores da Escola B e H participam regularmente de cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento e os

resultados podem ser analisados na Tabela 7. Observe que 100% dos entrevistados na Escola H participam regularmente desses cursos, enquanto que na Escola B este índice é de 75%.

Tabela 7 – Docentes em Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento.

Escola B	Escola H
75%	100%

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Na Tabela 8 estão disponíveis os níveis de satisfação no trabalho dos professores entrevistados nesta pesquisa. Observe que a satisfação dos professores da Escola H oscila entre muito boa, 67% dos entrevistados, e satisfatória, que é de 33%. Enquanto que na Escola B a satisfação dos entrevistados varia de satisfatória, 25%, e poderia melhorar que é de 75%.

Tabela 8 – Níveis de Satisfação no Trabalho.

Classificação	Escola B	Escola H
Muito Boa	0%	67%
Boa	0%	0%
Satisfatória	25%	33%
Poderia Melhorar	75%	0%
Inadequada para as condições de trabalho	0%	0%

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Outro dado interessante é apresentado na Tabela 9. Foi perguntado aos professores se estes tinham conhecimento dos testes padronizados aplicados pelo Governo Federal. Surpreendentemente apenas 50% dos entrevistados na Escola B conheciam o Ideb, Prova Brasil e o Saeb. Na Escola H, o resultado foi diferente 100% dos entrevistados tinha conhecimento destes testes.

Tabela 9 - Conhecimento dos Docentes em Relação aos Testes Padronizados: Prova Brasil, Saeb e o Ideb.

Escola B	Escola H
50%	100%

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

O Quadro 1, identifica “projetos que visam à melhoria da qualidade da educação básica”, (CHIRINÉA, 2010, pg. 44). Observa-se claramente que a Escola H possui mais projetos em execução que a escola B. Em particular, a monitoria de matemática que é executada na Escola H é um exemplo de que atividades desenvolvidas com alunos que tem o propósito de educar para cidadania podem ajudar a melhorar a educação no Brasil. Trata-se de

uma monitoria que funciona “como elo no desenvolvimento intelectual, crítico e social do aluno no ambiente escolar bem como na construção da cidadania”, (FORTES; MARQUES, 2012, p. 1). Além disso, palestras, gincanas, provas diagnósticas, monitorias e outros projetos podem ser utilizados para “orientação adequada às tarefas em sala de aula (...), motivar os alunos”, (CHIRINÉA, 2010, pg. 81) e usados como “processos que contribuem para o desempenho dos estudantes em testes padronizados”, (CHIRINÉA, 2010, pg. 81) podendo, é claro, influenciar na qualidade do ensino.

Quadro 1 - Projetos Executados nas Escolas B e H.

Escola B	Escola H
Soletrando	Monitoria de matemática
Olimpíadas de Matemática	Provas diagnósticas do Estado de Português e Matemática – SAEGO
PIBID/UFG	Pesquisas em Bibliotecas
	Gincanas de Português e Matemática
	Palestras conscientizando a importância do estudo na vida dos alunos
	Olimpíadas de Matemática

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

A seguir, tem-se a Tabela 10. Esta apresenta informações sobre matrículas, transferência, evasão, aprovação e reprovação da Escola H do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Tabela 10 - Matrículas, Transferências, Evasão, Aprovação e Reprovação da Escola H: 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Ano	Matricula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados
2009	386	13	0	373	328	45
2010	404	17	0	387	387	22
2011	394	13	0	381	364	17

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Por meio da Tabela 10 e um pouco de álgebra, são exibidos na Tabela 11, os índices de aprovação, reprovação e abandono escolar da Escola H no ano de 2009, 2010 e 2011 do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Tabela 11 - Índices de Aprovação, Reprovação e Evasão da Escola H: 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Ano	Aprovados	Reprovados	Evadidos
2009	87,9%	12,1%	0%
2010	94,3%	5,7%	0%
2011	95,5%	4,5%	0%

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Analogamente, têm-se as Tabelas 12 e 13. Estas apresentam informações e índices sobre matrículas, transferência, evasão, aprovação e reprovação da Escola B do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Tabela 12 - Matrículas, Transferência, Evasão, Aprovação e Reprovação da Escola B: 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Ano	Matricula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados
2009	204	29	20	155	139	16
2010	159	16	10	133	115	18
2011	195	46	6	143	127	16

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Tabela 13 - Índice de Aprovação, Reprovação e Evasão Escola B: 6º, 7º, 8º e 9º ano.

Ano	Aprovados	Reprovados	Evadidos
2009	79,4%	9,1%	11,4%
2010	80,4%	12,6%	7%
2011	85,2%	10,7%	4%

Fonte: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o propósito de identificar os motivos que levaram duas escolas públicas, ambas estaduais, a terem médias no Ideb com discrepância tão elevadas. Em média, 2,77 para a Escola B e 5,52 para a Escola H. Para tanto, foram analisadas ambas as infraestruturas das Escolas B e H, projetos, índices de repetência, abandono e o corpo docente de ambas as instituições. Percebe-se que Escola H possui infraestrutura melhor que a Escola B em praticamente todos os itens analisados. Isto pode ser verificado na seção “ANÁLISE DO ESPAÇO E DA ESTRUTURA FÍSICA ESCOLAR”. Ficou evidenciado que a existência de um espaço escolar apropriado está inteiramente ligado à “questão” da performance dos alunos, (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, pg. 11). A seguir, tem-se a Quadro 2 com os principais dados coletados sobre as infraestruturas das escolas pesquisadas.

Quadro 2 - Comparação entre as infraestruturas das Escolas B e H.

Estrutura Física	Escola H	Escola B
Salas de aula	Amplas e arejadas com iluminação adequada.	Pequenas e arejadas com iluminação precária.
Recursos didáticos	Acesso irrestrito a cópias, impressão de provas, pinceis, data show.	Sem acesso a cópias, sem impressão de provas e data show.

Auditório	Possui amplo auditório para 200 pessoas aproximadamente.	Não possui auditório específico.
Sala de vídeo	Sala de vídeo própria com infraestrutura completa.	Não possui.
Sala de professores	Ampla, com televisão e escaninhos.	Não possui sala de professores adequada.
Biblioteca	Ampla com acervo apropriado.	Pequena e com acervo inadequado.
Laboratórios	Possui vários: química, física e informática.	Possui apenas de informática, porém sem técnicos apropriados para atender aos alunos.
Área de lazer	Parcialmente coberta.	Totalmente descoberta.
Quadra de esporte	Coberta com infraestrutura.	Descoberta e sucateada.

FONTE: Elaboração própria através de dados oriundos da pesquisa.

Em parte, portanto, analisando a Tabela 15, pode-se explicar melhor desempenho dos estudantes da Escola H em testes padronizados do que os alunos da Escola B, pois esta possui se comparado com a Escola B, melhor estrutura física em todos os itens pesquisados.

Outro dado importante encontrado na pesquisa se refere ao nível de escolaridade dos professores que trabalham em ambas as Escolas. De acordo com a Tabela 6, existem na Escola B professores de português e/ou matemática que se quer curso superior possuem, enquanto que na Escola H todos possuem especialização. Além disso, de observa-se na Tabela 7 que o número de professores que participam de cursos de capacitação na Escola H é maior que na Escola B. Estes dados certamente influenciam na aprendizagem dos alunos, e consequentemente no resultado no Ideb, pois um professor bem qualificado tem chances de ensinar melhor do que um professor mal qualificado.

A Tabela 8 fornece outro dado importante. Cerca de 70% dos entrevistados na Escola H classificam seu nível de satisfação no trabalho como ‘muito boa’, enquanto que na Escola B este dado é nulo. Ora, como que um professor que não tem satisfação em seu trabalho ou não gosta de onde trabalha pode ensinar bem? Afinal, “no aluno a motivação é considerada como determinante, talvez a principal do êxito e da qualidade da aprendizagem escolar (...). Em qualquer situação, a motivação do aluno esbarra na motivação de seus professores”, (BZUNECK, 2004).

Na tabela 9, verificou-se que todos os professores entrevistados na Escola H conheciam os testes padronizados que são utilizados para computar o Ideb, enquanto que na Escola B, este índice cai pela metade. Evidentemente, se uma escola conhece as avaliações que compõem o Ideb e trabalha esta metodologia com seus professores, também fica mais

fácil de melhorar o seu desempenho. Por outro lado, isto não está sendo bem executado na Escola B. Além disso, como mostrou o Quadro 1, a Escola H possui o dobro de projetos desenvolvidos dentro na instituição que fortalecem o aprendizado dos alunos e consequentemente, de certa forma, podem influenciar nos resultados de testes padronizados executados pelo governo federal.

Por fim nas Tabelas 10, 11, 12 e 13, têm-se dados importantíssimos que podem influenciar diretamente no Ideb de ambas as escolas investigadas. Estes se referem aos percentuais de alunos reprovados e evadidos nas Escolas B e H. Sabe-se que o Ideb é

calculado da seguinte equação $I = \frac{1}{k} \times n$, onde I é o Ideb, k é o tempo em média que os alunos delongam para concluir determinada série e n é a nota obtida no respectivo teste padronizado. Assim, por exemplo, uma turma que demorar em média 2 anos para concluir uma determinada série, terá sua nota obtida no teste padronizado dividido por dois, ou seja, quanto menor a reprovação e/ou menor índice de evasão mais próximo de **1** a razão $\frac{1}{k}$ se aproxima de um e consequentemente o Ideb tende a n , que é nota obtida no teste padronizado. Por meio da tabela 10 e 11 pode-se observar que a Escola H não possui evasão no ano de 2009, 2010 e 2011, o que não ocorre com a Escola B (Tabelas 12 e 13). Além disso, descartando o ano de 2009, a Escola H possui índices de reprovação bem menores que os indicadores obtidos pela Escola B. Isto certamente influenciou no Ideb de ambas as escolas pesquisadas.

Fica claro desta forma que uma boa infraestrutura, corpo docente adequado, projetos pedagógicos apropriados dentre outros pontos investigados nesta pesquisa foram fundamentais para melhor desempenho dos alunos da Escola H frente à Escola B no Ideb. Contudo, ainda não é suficiente. Por exemplo, professores ainda são mal remunerados e faltam verbas para maiores investimentos. De acordo com sítio da Secretaria Estadual de Educação, foi observado que nos anos de 2009, 2010 e 2011 as Escolas B e H receberam R\$ 46.650,35 e R\$ 40.652,00 respectivamente para o custeio de suas despesas. Porém, a Escola H funciona nas dependências do IFG, Campus Jataí, instituição Federal, e se utiliza de todas

suas instalações, caso contrário, certamente esta escola pública não teria condições de obter toda infraestrutura citada nesta pesquisa. Fica evidente, portanto, a falta de investimento por parte do Governo Estadual de Goiás nas escolas públicas pesquisadas. Não se constrói um país rico e sustentável, sem primeiro investir na educação. Educar uma nação custa caro e os recursos públicos para este fim devem ser investidos com seriedade, não é com ‘migalhas’ que se constrói a educação de um país.

O Brasil ainda tem que passar por profundas mudanças na educação pública se quiser realmente alcançar patamares na educação que hoje são obtidos em países desenvolvidos. A população anseia por mudanças e como Elenilson de Vargas Fortes (2012, pag. 23) descreve

Espera-se realmente uma educação que acolha todas as classes, ricos e pobres, ensino primário, secundário ou superior. Não há mais espaço para escolas o péssimo estado de conservação, salários baixos para os profissionais do ensino, decretos e leis não cumpridas, já que ainda hoje o Brasil tem essas ‘tradições’ de quase 500 anos atrás com reflexos na educação do país.

8 BIBLIOGRAFIA

AKITA, E. **Qualidade da educação no Brasil ainda é baixa, aponta Unesco**: Relatório indica que índices de repetência e abandono da escola no País são os mais elevados da América Latina. 2010. São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,qualidade-da-educacao-no-brasil-ainda-e-baixa-aponta-unesco,498175,0.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

BARROSO, C. B., et al. **Cálculo Numérico (Com Aplicações)**. 2ª Edição. Ed: Harbra Ltda, 1987.

BOMENY, H. M. B. **Os Intelectuais da Educação**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 out. 2012.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 De Julho De 1934)**. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891)**. 1891. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. INEP.MEC. **O que é o Ideb**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. 2011a. Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. INEP.MEC. **O que são as Metas**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-sao-as-metas>>. 2011b. Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. INEP. MEC. **Prova Brasil é Tema de Vídeo Conferência**. Disponível em:
<http://portal.INEP.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=76801&version=1.2>. 2011c. Acesso em: 03 nov. 2012.

_____. INEP. MEC. **Ideb - Resultados e Metas**. 2012. Disponível em:
<<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 29 out. 2012.

_____. **Nota Técnica**. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. S/D. Disponível em:
<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2012.

_____. **Plano Nacional de Educação** (Câmara dos Deputados, de 2000). 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso: 24 out. 2012.

_____. **Presidência da República**. Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios. Brasília: MP, 2008. 244 p.

_____. **Projeto de lei 8.035/2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. 2010. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

BRUM, I. **Estudante aprende 68% mais com bom professor**: Alunos que têm os melhores professores aprendem mais do que aqueles com docentes piores. 2011. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,estudante-aprende-68-mais-com-bom-professor-,746352,0.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

BZUNECK, J. A. **Motivar seus Alunos: Sempre um Desafio Possível.** 2004. II JEPEX Jornada de Educação do Curso de Pedagogia. Disponível em: <<http://www.unopar.br/2jepe/motivacao.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

CHIRINÉA, A. M. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as Dimensões Associadas à Qualidade da Educação na Escola Pública Municipal.** 2010. 121 f. Dissertação (Mestre) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

DOURADO, L. F. (organizador). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas,** Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2007. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2012.

FERNANDES, R. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).** Inep/MEC. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B9C976990-7D8D-4610-AA7C-FF0B82DBAE97%7D_Texto_para_discuss%C3%A3o26.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2012.

FORTES, E. V.; MARQUES, J. E. D. **A Matemática no Cotidiano do Ensino Fundamental: A Resolução de Problemas como Exercício da Cidadania.** Itinerarius Reflectionis: Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Câmpus Jataí - UFG, Jataí, v. 02, n. 13, p.1-21, 2012. Semestral. Jataí - GO. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ritref/index>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

FORTES, E. V. **Análise dos Métodos Educacionais no Brasil: Descobrimto ao Final do Império.** Itinerarius Reflectionis: Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Câmpus Jataí - UFG, Jataí, v. 02, n. 13, p.1-23, 2012. Semestral. Jataí - GO. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ritref/index>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NÓVOA, A. (org.). **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PINHO, A. **Brasil Fica no 88º Lugar em Ranking de Educação da Unesco.** Brasília. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/882676-brasil-fica-no-88-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

Volume 1 - Número 14 - Primeiro Semestre de 2013



SAVIANI, D., et. al, **O Legado Educacional no Brasil no Século XX**. 2ª Edição, Campinas – SP, Autores Associados. 2006 – Coleção Educação Contemporânea.

ZOTTI, S. A. **Sociedade de educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980**. Campinas-SP, Autores Associados, Brasília – DF, Ed. Plano, 2004.